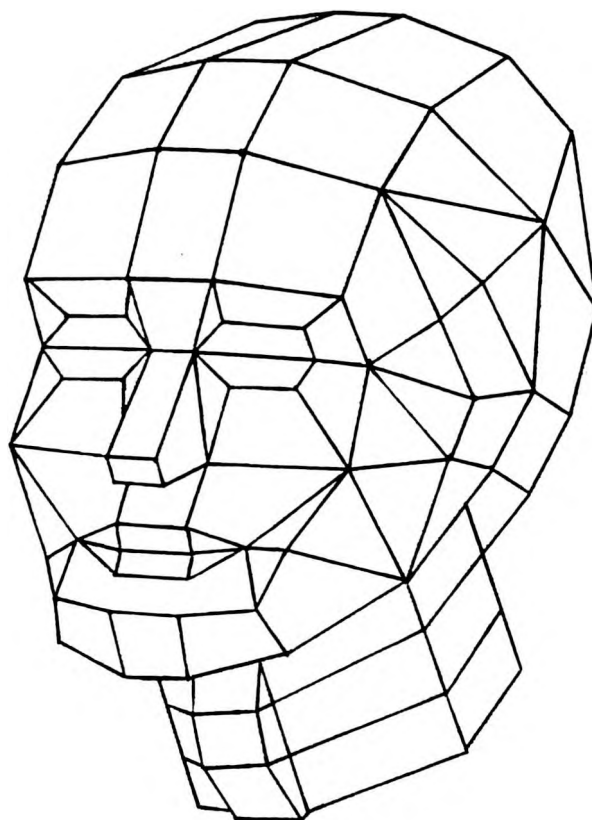


Emílio Gennari



**A educação em tempos
de Qualidade Total.**

Índice:

Introdução	03
1. Um breve passeio pela história da educação	04
2. Os rumos da Qualidade Total na educação	09
3. O Estado “educador”	16
4. Trabalhadores e educação: pistas para uma reflexão	20
5. Bibliografia	26

Introdução.

Diante da elevação do desemprego e das dificuldades dos setores produtivos melhorarem seu desempenho no âmbito da competição internacional, o sistema educacional tem sido apontado como o grande responsável pelo agravamento destes e de outros problemas sociais. O país vai mal porque a escola está defasada em relação as novas exigências da produção e já não consegue formar profissionais capazes de atender às mudanças implantadas nos processos de trabalho.

Sem uma investigação profunda dos fatos e de suas causas, o senso comum coloca o sistema escolar no banco dos réus e o condena por não possibilitar a integração de todos os indivíduos na sociedade, deixando assim de contribuir para o seu ordenamento e equilíbrio permanentes.

Diante deste veredicto, alguém em sã consciência poderia se opor à idéia de termos um ensino de qualidade? Se, como diz o senso comum, a eliminação das desigualdades e da falta de oportunidades dependem de uma boa educação, por que alguém deveria rejeitar as mudanças que estão sendo propostas no ensino de primeiro e segundo grau?

Se é verdade que a resposta a estas perguntas é um aparente consenso por parte de todos os setores sociais, outros questionamentos ganham espaço na nossa cabeça: de que educação estamos falando? O que se entende por qualidade no ensino de primeiro e segundo graus? Qual o perfil do professor, o conteúdo e o método adequados a este novo modelo de ensino voltado para a realidade do mercado? As mudanças nos processos de trabalho estão mesmo empurrando o Estado a elevar o nível de conhecimento e de estudo entre a população trabalhadora?

A estas e outras indagações responderemos ao longo do nosso trabalho.

1. Um breve passeio pela história da educação.

Quando analisamos a história da educação, logo percebemos que algumas características mantêm-se constantes ao longo dos séculos. Entre elas destaca-se o fato de que há sempre uma relação direta entre o tipo de educação e a posição social do educando.

No antigo Egito (2600 anos antes de Cristo), por exemplo, os filhos do faraó e seus futuros conselheiros são educados para dominar a arte da palavra. Entre os poucos relatos que chegaram até nós, ao falar da instrução a eles destinada Ptahotep escreve:

"Se a sua boca procede com palavras indignas, tu deves domá-lo em sua boca, inteiramente ... A palavra é mais difícil do que qualquer trabalho, e seu conhecedor é aquele que sabe usá-la a propósito. São artistas aqueles que falam no conselho ... Reparem todos que são eles que aplacam a multidão e que sem eles não se consegue nenhuma riqueza".¹

É interessante reparar que o texto nada diz sobre a escrita apesar desta ser um instrumento essencial de cultura. A razão é simples: enquanto o domínio da palavra é um elemento imprescindível para quem exerce funções de comando, pois constitui o instrumento fundamental para quem é chamado a intervir nos conselhos restritos do poder e a discursar às multidões para aplaca-las, o escrever, nesta época, é apenas um instrumento de registro dos atos oficiais usados por alguns peritos (escribas) que não exercem funções de governo.

Mas a sociedade muda e força a escola a adaptar-se a estas mudanças. Em torno de 2200 antes de Cristo os nobres do Egito conquistam a autonomia de governo em suas regiões de origem e, nos dois séculos que se seguem, o país é dividido em feudos autônomos que debilitam o poder central do faraó, abrindo um período de desordem social. É neste contexto que, por volta do ano 2000, o ensino destinado aos filhos do faraó e dos nobres incorpora a educação física como parte integrante das técnicas de domínio, pois ela habilita a comportar-se *"no lugar onde se luta"*, e uma formação mais sistemática do homem político.

¹ Texto reproduzido em Manacorda M. Alighiero (1996) pg. 14.

Entre 1069 e 333 antes de Cristo, o desenvolvimento da sociedade egípcia torna necessários cuidados especiais com a formação dos funcionários da administração que freqüentam a corte do faraó. O ensino destinado a este círculo de pessoas provenientes das classes subalternas visa apenas a assimilação de noções técnicas (em geral, transmitidas de pai para filho) e de um profundo sentimento de obediência e submissão. Neste sentido, Amenemope escreve:

"Quando eras perante o teu superior e teus discursos ficam desconexos, tuas adulações serão retribuídas com afrontas e tuas lisonjas com pancadas. Dize a verdade perante o nobre, para que não se torne dono de tua cabeça. Não escute as conversas de um magnata na sua casa e não as espalhes fora para outros. Não ofendas a quem é maior do que tu. Deixa que ele te bata enquanto a tua mão fica sobre o peito; deixa que ele te ofenda enquanto a tua boca cala: amanhã se estiveres na frente dele, te dará pão à vontade. O cão late para quem lhe dá pão, pois ele é o seu dono".²

No que diz respeito à instrução das massas populares, Diadoro da Sicília nos traz uma informação razoavelmente atendível:

"O resto da multidão dos egípcios aprende dos pais e dos parentes, desde a idade infantil, os ofícios que exercerá na sua vida. Ensinam a ler e a escrever um pouquinho, não a todos, mas àqueles que se dedicam a um ofício".³

Em primeiro lugar é fundamental esclarecer que o *resto da multidão* não compreende a totalidade do povo e sim apenas aqueles que exercem uma atividade ou arte. Existe, portanto, uma outra multidão de indivíduos para os quais não há nenhuma transmissão de técnicas culturais ou produtivas.

Por sua vez, os que se dedicam a um ofício, em geral, dominam apenas aquelas noções que são necessárias quer para o exercício da profissão, quer para transmitir aos filhos os conhecimentos técnicos e científicos parciais ou especializados de sua arte, quer para os contatos sociais que o ofício supõe.

A análise da civilização egípcia e da relação entre o tipo de educação e a posição social do educando nos desperta para o fato de que numa sociedade de

² Texto citado em Manacorda M. Alghiero (1986) pg. 36.

³ Texto citado em Manacorda M. Alghiero (1986) pg. 39.

classes, os setores dominantes usam a educação como um instrumento para moldar as várias camadas da população de acordo com as necessidades de manutenção e aprimoramento da ordem social que garante a concretização de seus interesses.

Se é verdade que, ao longo dos séculos, as descobertas da ciência e da técnica impõem mudanças aos processos de aprendizagem, é também verdade que a cada passo do desenvolvimento histórico repropõe-se à classe dominante o problema de como e quanto instruir quem é destinado não aos círculos do poder e sim à produção. Um documento do início de 1400, época em que já temos o desenvolvimento de uma burguesia urbana no interior da sociedade feudal, nos ajuda a perceber melhor quanto acabamos de afirmar:

*Messer Giannozzo Manetti nasceu no ano de 1393 ... O pai ... , Bernardo, mandou-o, ainda de poucos anos, segundo o costume da cidade, a aprender a ler e a escrever, tendo aprendido em pouco tempo quanto é necessário para ser um bom mercador, passou-o para o ábaco e em poucos meses tornou-se tão douto naquela ciência quanto um profissional da mesma. Aos dez anos foi posto no banco e em poucos meses lhe foi entregue a conta da caixa. Depois que ficou, conforme o costume, algum tempo na caixa, lhe foram entregues os livros e ficou neste exercício vários anos. Feito isso, começou a pensar consigo mesmo se seria possível conquistar naquilo que estava fazendo, fama ou glória para si e para a sua família, mas não viu essa possibilidade e chegou à conclusão de que o único meio para tanto era o estudo das letras: e por isso determinou absolutamente de, posposta qualquer outra preocupação, dedicar-se a esses estudos.”*⁴

A preparação escolástica de Messer Giannozzo é feita em vista do exercício de sua profissão. Ele aprende gramática, letras e cálculo de acordo com um conjunto de noções básicas que um bom comerciante deve dominar, mas ainda trata-se de uma formação substancialmente diferenciada daquela que se dirige a quantos se preparam para o exercício do poder.

As coisas não mudam mesmo sob o impulso da Revolução Industrial e dos ideais da Revolução Francesa. Os defensores de uma educação pública e universal fazem questão de reafirmar que o esforço de estender a instrução

escolar a todos os cidadãos não significa que ela tenha que ser igual para todos. Em 1809, por exemplo, Murat escreve:

*"É necessário que exista uma instrução para todos, uma para muitos e uma para poucos. A primeira não deve fazer do povo tantos sábios, mas deve instruí-lo tanto quanto basta para que possa tirar proveito dos sábios"*⁴

Se consideramos o fato de que os sábios estão à serviço da ordem, podemos tranquilamente concluir que trata-se de um aprendizado cujo objetivo central é garantir as condições mínimas para que as classes subalternas possam assimilar de maneira confiável a visão de mundo, as convicções e os valores dos grupos dominantes. Na verdade, esta mesma postura já havia sido explicitada em 1803 pelo industrial e economista francês Jean Baptiste Say ao constatar que a ignorância e a divisão do trabalho deixadas a si mesmas produzem apenas operários dirigidos unicamente pelos seus instintos egoístas e imediatos, e, portanto, pessoas incapazes de sentimentos e convicções cívicas indispensáveis para manter suas ações nos limites da ordem. De fato, um trabalhador embrutecido pela repetição e simplicidade de suas tarefas, dificilmente seria capaz de conceber *"relações gerais, sentimentos nobres"* como, por exemplo, a compreensão de que *"o respeito pela propriedade privada favorece a prosperidade pública"*. Say encerra seu raciocínio com uma indagação que dispensa comentários:

*"Como se poderia dar a eles o grau de instrução que julgamos necessária para o bem estar da ordem social?"*⁵

A esta altura esperamos que o nosso leitor já não tenha dúvidas quanto ao fato de que a educação numa sociedade dividida em classes não se manifesta como um fim em si mesma, e sim como um instrumento de manutenção ou transformação social da ordem de acordo com um determinado projeto de classe. Neste contexto, a escola não tem apenas a tarefa de preparar os indivíduos para

⁴ Texto citado em Manacorda M. Alighiero (1996) pg. 171.

⁵ Texto citado em Manacorda M. Alighiero (1996) pg. 258.

um determinado tipo de trabalho, mas também de fazer com que eles incorporem valores, idéias e formas de comportamento capazes de garantir a reprodução das relações sociais existentes. Por isso, para a própria classe dominante é importante que **todos** freqüentem as salas de aula e que a educação escolar de um certo nível seja até mesmo obrigatória e paga pelo Estado. De fato, como reconhecia a imperatriz Maria Teresa da Áustria em 1760 numa frase que tornou-se famosa:

"A instrução é e sempre foi, em cada época um fato político".⁷

Algumas pessoas poderiam objetar que nossas reflexões dizem respeito a um período distante e que as modernas democracias do ano 2000 já superaram as preocupações classistas que alimentam nossas análises. Indo ao encontro destas inquietações, queremos finalizar nosso breve passeio pelos caminhos da história da educação com duas considerações.

A primeira, diz respeito ao acesso ao ensino fundamental. Apesar do consenso quanto ao fato de que hoje em dia a escola está aberta a todos sem discriminação formal, a realidade objetiva em que vive a classe trabalhadora e as condições em que se encontra a escola pública, por si só, são suficientes para perpetuar no tempo as diferenças entre o ensino dirigido aos pobres e a escola reservada às classes dominantes. Além dos filhos dos trabalhadores não viverem num ambiente cultural que facilita a convivência com os livros e terem acesso, freqüentemente, a escolas super lotadas, mal equipadas, onde lecionam professores pouco preparados e mal remunerados, a precariedade de suas condições de vida os leva ora a abandonar a escola para dedicar-se a um trabalho que integre o orçamento familiar, ora a completar os estudos após jornadas de trabalho estafantes, ou, ainda, a optar por cursos profissionalizantes. Por outro lado, as classes dominantes dispõem de condições econômicas para garantir o acesso de seus filhos às melhores escolas, aulas particulares, viagens ao exterior, uma dedicação exclusiva ao estudo e a convivência diária com um ambiente que coloca ao seu alcance o que tem de melhor e mais moderno no campo da cultura

⁶ As considerações sobre o pensamento de Say foram extraídas da tese de doutoramento de Reginaldo Carmello Correa de Moraes, *Planejamento: democracia ou ditadura? - Intelectuais e reformas sócio-econômicas no pós guerra*, USP, São Paulo 1987, pg. 247-248.

⁷ Texto citado em Manacorda M. Aíghiero (1996) pg. 247.

e da informação. Ou seja, as diferenças nas condições de vida de dominados e dominadores se encarregam de viabilizar a mesma discriminação que a universalização do acesso ao ensino dizia querer corrigir.

Nossa segunda consideração visa mostrar que a preocupação das classes dominantes com os valores e as idéias ensinadas nas escolas continua extremamente atual. Por isso achamos importante reproduzir um trecho da legislação do Texas (EUA) sobre livros didáticos. Este estado que é parte de um país internacionalmente considerado como *"a mais sólida democracia do planeta"*, prevê em suas leis que:

"O conteúdo do livro didático deve promover a cidadania e a compreensão das qualidades essenciais e das vantagens do sistema de livre empresa, enfatizando o patriotismo e o respeito pela autoridade constituída, promovendo o respeito pelos direitos individuais. Os livros didáticos não devem incluir extratos ou obras que encorajem ou aprovem a desobediência civil, a agitação social ou o desrespeito à lei, nem devem conter idéias que sirvam para o enfraquecimento da autoridade ou que possam causar situações constrangedoras ou interferência na atmosfera de aprendizado na sala de aula. Por fim, os livros didáticos não devem encorajar estilos de vida que se afastem dos padrões geralmente aceitos na sociedade".⁹

Até nas *"melhores"* sociedades a democracia do capital só funciona bem quando tudo se mantém nos estreitos limites de sua ordem. Para bom entendedor ... meia palavra basta.

2. Os rumos da Qualidade total na Educação.

Ao longo do nosso passeio pela história da educação, constatamos que a escola muda em função das mudanças que ocorrem na sociedade e, ao consolidar determinadas relações sociais, contribui para abrir caminhos rumo a mudanças futuras. Neste sentido, acreditamos que nossos primeiros passos na análise dos laços que unem o mundo da produção e o da formação escolar devem ser

dirigidos a um levantamento concreto da extensão e do tipo de reestruturação dos processos produtivos que está ocorrendo no país.

Precisamos reconhecer que, no Brasil, o processo de robotização das linhas de montagem é algo extremamente incipiente e atinge somente pequenas ilhas de produção dos setores de ponta da economia. O que se conhece como reestruturação dos processos produtivos, freqüentemente não passa de uma reorganização do trabalho que, ao alterar e recompor a divisão das tarefas, busca elevar a produtividade e reduzir os chamados "tempos mortos" da produção.⁸ Por isso, quando ouvimos os empresários brasileiros falarem em inovação, devemos entender apenas a terceirização de parte da produção, a implantação do trabalho em equipes e/ou de processos participativos pelos quais o conhecimento do trabalhador coletivo (macete) é transferido ao setor de engenharia e projetos da empresa que o adotará na medida em que este pode proporcionar uma maior produtividade do trabalho, ou seja uma elevação da produção de mercadorias com um menor número de pessoas.

O resultado dessas mudanças pode ser resumido no aumento do número de tarefas que cada trabalhador deve desempenhar (polivalência), na intensificação do ritmo de trabalho, na precarização das relações de emprego e sobrevivência de uma massa considerável de trabalhadores e numa queda do nível de emprego. Não é por acaso que, de acordo com um estudo do DIEESE, enquanto a produtividade da indústria entre 1990 e 1995 conhecia um crescimento de 21,98%, no mesmo período, eram fechados 691 mil postos de trabalho; ou ainda, analisando as estimativas do IBGE sobre as características do mercado de trabalho no Brasil em 1996, percebemos que de cada 100 trabalhadores apenas 43 tem carteira assinada ou são autônomos que contribuem para a Previdência Social, enquanto os 57 restantes pertencem à economia informal.

10

Diante desta realidade, podemos dizer tranquilamente que as mudanças nos processos de trabalho tendem a criar um grupo extremamente pequeno de funcionários que devem adquirir novas qualificações ao lado de uma ampla maioria desprovida de qualquer qualificação ou até mesmo excluída dos ambientes

⁸ Este texto foi extraído de Apple M. W. e Oliver A. *Indo para a direita - a educação e a formação de movimentos conservadores* em: GENTILI P. (Org.) *Pedagogia da Exclusão*, pg. 279.

⁹ Por "tempos mortos" entendemos os períodos nos quais as máquinas não executam operações produtivas. É o caso, por exemplo, da troca de ferramentas, da regulagem dos equipamentos, do trabalho de manutenção preventiva e corretiva.

produtivos. Como o conhecimento necessário para operar e corrigir as falhas dos novos equipamentos é algo que se aplica única e exclusivamente aos sistemas implantados no interior de cada empresa, é praticamente impossível pedir que o sistema escolar profissionalize alguém para desempenhar estas funções.

Se isso é verdade, porque as médias e grandes empresas estão exigindo o segundo grau para ter acesso a uma vaga de operador de máquina? Porque até um gari deve ter o primeiro grau completo para recolher o lixo das ruas da cidade?

De início é necessário sublinhar que um grau de estudo mais elevado não é sinônimo de maior qualificação e sim de um aprimoramento da capacidade de ler e escrever, além de uma aquisição de conhecimentos gerais que oferecem ao funcionário as condições básicas para intervir de maneira mais ativa no interior de sua equipe de trabalho e, após um período de treinamento, de entender e responder com segurança às mensagens que aparecem nos dispositivos que monitoram o funcionamento das máquinas. Em outras palavras, um operário de olho vivo e mão ágil que repete com precisão, e no menor tempo possível, uma seqüência de operações desejadas pela empresa.

Paralelamente a isso, o fato de exigir um certo grau de escolaridade até para o desempenho das funções mais simples e desqualificadas, faz com que a classe dominante possa transferir para o indivíduo a responsabilidade de sua exclusão dos ambientes de trabalho. Você é pobre, desempregado e sem futuro porque não se dedicou aos estudos. Ou seja, a exclusão deixa de ser percebida como o resultado do funcionamento dos mecanismos do sistema capitalista que priva setores crescentes da população do acesso aos elementos básicos da sobrevivência, explora o trabalho infantil, paga salários de fome, etc., e passa a ser responsabilidade única do indivíduo que não atende aos requisitos exigidos pelo mercado. Dessa forma, a organização da sociedade, de acordo com as necessidades da acumulação, é tida como fundamentalmente boa na medida em que, aparentemente, oferece a todos um grande número de oportunidades para crescer e prosperar. O problema está nas pessoas que não se esforçam o suficiente ou não se preparam para enfrentar os desafios do mercado. As vítimas ocupam agora o banco dos réus.

Depois de ter lido as reflexões desenvolvidas até este momento, o leitor deve estar se perguntando qual é o sentido dos questionamentos que os

¹⁰ Dados publicados no *Jornal da Cidadania* de 1 a 15 de setembro de 1986, N.º 45.

empresários apresentam ao nosso sistema escolar quanto à defasagem entre as exigências da produção e o conteúdo do mesmo, ou, ainda, o que eles entendem quando defendem a necessidade de aplicar a todas as escolas de primeiro e segundo grau os processos de Qualidade Total desenvolvidos no interior das indústrias.

Em linhas gerais, podemos dizer que a preocupação das classes dominantes resume-se a três aspectos centrais. O primeiro deles tem uma relação direta com as formas participativas de gestão de Recursos Humanos e com a própria organização do trabalho em equipes no interior dos ambientes produtivos. Aos jovens das classes subalternas, que o sistema escolar prepara para a inserção no mundo do trabalho, além de um mínimo de noções de informática, de uma pequena bagagem de conhecimentos abstratos, do domínio da leitura e da escrita, é exigida uma certa dose de criatividade. Na batalha para elevar constantemente a competitividade da empresa, não é suficiente que o funcionário repita indefinidamente tarefas idiotas, mas que ao praticar um conjunto delas use de forma criativa o saber prático acumulado no trabalho. Uma criatividade, portanto, que é entendida como *“uma nova associação de elementos existentes, fazendo até mesmo associações remotas e fazendo com que algo novo tenha vida”*.¹¹

O futuro trabalhador, portanto, não precisa aprender noções que podem vir a estimular seu espírito crítico perante as relações sociais existentes dentro e fora dos ambientes produtivos, mas deve conhecer apenas elementos mínimos de cálculo, física e geometria, que há séculos são de domínio público, e ter um acentuado espírito criativo que utilizará para pensar as mudanças na organização do trabalho respeitando os limites e os objetivos preestabelecidos pela empresa.

Por isso, faz-se necessário levar os professores a utilizar técnicas padronizadas de ensino que ajudam a liberar o potencial criativo da garotada ainda que, para sua aplicação nas condições em que se encontram as escolas destinadas à formação da grande massa da população, seja necessário deixar cair em segundo plano o aprendizado daquelas noções de história, filosofia, literatura, sociologia, etc., que, dizem os patrões, não tem muito a ver com a produção. Dessa forma, longe de garantir um ambiente no qual os alunos possam reconstruir, penetrar, analisar e criticar a realidade utilizando ferramentas que

ajudam a desmistificar a ordem existente, estes métodos de ensino apenas levam o aluno a descrever de forma mais criativa o desenrolar das relações sociais ou, no máximo, a corrigir as posições mais ingênuas e atrasadas de sua visão de mundo sem, no entanto, superar os limites do senso comum.

Na medida em que a preocupação com os conteúdos assimilados cai em segundo plano e que a escola precisa formar apenas um trabalhador mais criativo, começa a não fazer sentido reprovar os alunos ou deixar de adotar formas que facilitem a estes a tarefa de passar de ano. Não é por acaso que a prova da eficiência e da qualidade das novas formas de ensino está alicerçada na queda do índice de reprovação dos alunos e na elevação das médias obtidas em cada matéria, ou seja, em parâmetros meramente quantitativos que ocultam a progressiva deterioração do nível de conhecimento exigido no primeiro e segundo graus.

Sendo assim, acreditamos que, longe de assistirmos a uma melhora do sistema de ensino dirigido às classes subalternas, seja em termos de conteúdos como de práticas pedagógicas, as mudanças que serão implementadas nas escolas levarão a um empobrecimento cultural ainda maior dos jovens que se preparam para a inserção no mundo do trabalho. As aulas poderão até ficar mais divertidas e mais leves, mas os futuros trabalhadores terão uma bagagem cultural tão limitada que será mais difícil capacitá-los a construir para si mesmos uma visão crítica do mundo em que vivemos.

Se isso não bastasse, um segundo elemento implícito à aplicação dos programas de Qualidade Total ao ensino é a legitimação da competitividade capitalista como motor da história e a preparação das condições que levam os futuros trabalhadores a se integrarem ativa ou passivamente à lógica do mercado.

Para fortalecer as condições que garantem a estabilidade de sua ordem numa situação de agravamento dos problemas sociais, o capital precisa fazer com que setores cada vez mais amplos da população interpretem a sociedade tendo como base a visão de mundo das classes dominantes. A escola é, sem dúvida, um dos instrumentos que podem ajudar a desempenhar esta tarefa na medida em que seu funcionamento, seus programas e sua metas ao assumirem os valores da livre iniciativa e da concorrência como elemento norteador de sua prática pedagógica contribui para disciplinar professores e alunos nas duras regras do sistema. À luz

¹¹ Em GUILLON e MIRSHAWKA (1994) pg. 51.

desta ética, a situação desesperadora enfrentada quotidianamente em nossas escolas por professores e estudantes, é interpretada apenas como resultado da má gestão e do desperdício por parte do Estado, como falta de produtividade e esforço por parte do corpo docente, como consequência de métodos atrasados e ineficientes de ensino e de currículos inadequados e anacrônicos.

O remédio para isso seria a utilização das noções de produtividade, eficiência e competitividade como base para reconstruir o sistema escolar. O objetivo não declarado é o de levar as pessoas a incorporarem estes valores, que constituem a alma do sistema capitalista, como algo natural, como elementos diante dos quais os indivíduos devem motivar-se a trabalhar mais duro e a aceitar de bom grado os sacrifícios necessários para se adequar a esta ética que orienta as relações sociais. Esta lógica funciona a tal ponto que as visões de mundo que se contrapõem ao sistema capitalista não só tendem a desaparecer da imaginação e do pensamento das classes subalternas, como são por elas condenadas.

Nesta altura, o leitor deve estar pensando que nossa imaginação passou dos limites e que a fantasia tomou o lugar da análise objetiva das relações entre as mudanças nos processos de trabalho e a implantação da qualidade no âmbito do ensino. Infelizmente, não é assim.

Ao optarem por sistemas produtivos que eliminam estoques de matérias primas e de produtos semi-acabados entre um setor e outro da produção, os problemas que atingem uma seção acabam paralisando toda a linha de montagem em pouquíssimo tempo. Ciente desta sua vulnerabilidade, o capital tem sido forçado a aprimorar os mecanismos que visam controlar o desempenho dos funcionários, as relações informais que se estabelecem no trabalhador coletivo e as próprias normas que orientam a contratação de novos funcionários.

Mas isso ainda não é suficiente para evitar que as formas de resistência dos funcionários atrapalhem o bom andamento da produção. Faz-se necessário que cada empregado fiscalize o trabalho do companheiro do posto anterior ao seu e aponte abertamente eventuais irregularidades encontradas no mesmo. Para que isso aconteça, é imprescindível que cada operário esteja integrado aos objetivos da empresa, que trabalhe e lute para elevar a sua competitividade no mercado. Ou seja, os setores de ponta da indústria não se contentam com um funcionário que trabalha direito somente porque tem medo de ser demitido, mas almejam a

contratação e a formação de trabalhadores que vistam a camisa da empresa e se identifiquem com ela 24 horas por dia. É neste contexto, que a construção de uma escola de primeiro e segundo graus em que alunos e professores assimilem as noções de produtividade, eficiência e competitividade, e passem a enxergar o mundo através destas categorias de análise, é algo estratégico para a formação dos futuros trabalhadores.

Acontece, porém, que uma tarefa desta envergadura não pode ser entregue a um corpo docente despreparado ou politicamente pouco confiável. Nos últimos anos, de fato, os baixos salários dos profissionais do ensino e as más condições de trabalho tem se encarregado de alimentar greves prolongadas ou, pelo menos, um profundo descontentamento em relação ao Estado.

Esta terceira grande preocupação da classe dominante tem como base a autonomia relativa que o professor/a tem ao lecionar para seus alunos. Fechada a porta da sala de aula, é praticamente impossível controlar o conteúdo e os valores transmitidos por um profissional revoltado em função da degradação de suas condições de vida ou, pior ainda, por um militante do sindicato ou de alguma organização de esquerda. Ao Estado cabe, portanto, assumir a tarefa de arranhar esta liberdade e de tentar neutralizar posições que divergem da lógica dominante.

Os primeiros passos nesta direção têm trilhado dois caminhos complementares. De um lado, as Secretarias da Educação de alguns Estados (é o caso, por exemplo, do Paraná) têm se encarregado de promover cursos de Qualidade Total para professores/as. Ao sair deles os profissionais do ensino estão profundamente convencidos de que as falhas do sistema escolar dependem somente deles e que faz-se necessário convencer os colegas de trabalho a adotar as orientações básicas da Qualidade Total como o método mais eficiente para uma melhora substancial do mesmo.

De outro, a introdução do ensino a distância tem começado timidamente a dirigir parte da formação de professores e alunos, ocupando o espaço da sala de aula, antes exclusivamente reservado aos próprios professores/as. Recebido com alívio pelo corpo docente em função das extensas jornadas de trabalho a que está submetido, o ensino através de antenas parabólicas ou fitas de vídeo vai ganhando terreno e garantindo à classe dominante que sua mensagem chegará com fidelidade absoluta aos ouvidos dos futuros trabalhadores.

Se é verdade que a educação escolar de primeiro e segundo graus precisa mudar em vários aspectos, é também verdade que quando esta mudança é dirigida e controlada pelas necessidades do capital o resultado será apenas o fortalecimento das condições que garantem o aprofundamento da exploração das classes trabalhadoras.

3. O Estado "educador".

Diante da análise que desenvolvemos até este momento, faz-se necessário responder a uma pergunta: devemos continuar entregando ao Estado a tarefa de proporcionar às grandes massas da população uma educação de boa qualidade?

Em primeiro lugar, é importante resgatarmos o fato de que boa parte dos movimentos reivindicatórios revela que professores e estudantes organizam suas lutas tendo como pressuposto uma visão de Estado que não corresponde à realidade dos fatos. Ao esperar que o Estado atenda aos pedidos desse setor da sociedade e resolva a seu favor os problemas que suscitaram suas reivindicações, docentes e alunos acabam identificando-o como um juiz imparcial que ao colocar-se acima dos interesses de classe pode restabelecer as condições que garantem o bem comum. De conseqüência, o cotidiano de suas lutas tende a limitar-se a manifestações pontuais de descontentamento seguidas de uma paciente espera por mudanças que acabam não acontecendo. Ou que, quando acontecem, frustram as expectativas de quem as solicitou e, não raramente, produzem uma sensação de desânimo que leva a uma falta de compromisso com o próprio trabalho educativo.

Se o Estado age com imparcialidade, por que suas decisões favorecem, em geral, determinados setores das classes dominantes? Se o seu objetivo é promover o bem comum, por que são sempre os trabalhadores a pagarem a conta? São perguntas simples, mas que ao orientarem a leitura dos acontecimentos sociais nos levam a compreender o Estado não como um juiz imparcial e sim

"como o organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à máxima expansão do próprio grupo, mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força motora de uma

expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias nacionais; ou seja o grupo dominante vem coordenando concretamente seus interesses com os interesses gerais dos grupos subalternos e a vida do Estado é concebida como um seguido formar-se e superar-se de equilíbrios instáveis, no âmbito da lei, entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados".¹²

Em outras palavras, podemos dizer que o Estado burguês é um complexo de atividades práticas e teóricas que garantem à classe dominante a sua permanência no poder. Situação que busca ser perpetuada através da utilização tanto dos instrumentos de coerção como, sobretudo, dos meios pelos quais é possível obter a integração e o consenso dos governados.

Entre estes meios, destaca-se a apresentação que a burguesia faz de si mesma como um organismo cujo movimento é capaz de absorver e elevar a seu nível cultural e econômico todos os indivíduos, inclusive os que integram as classes *"menos favorecidas"*. Ou seja, à diferença da sociedade feudal onde a chance de pertencer à nobreza restringia-se a uma questão de sangue, no capitalismo a burguesia abre ao indivíduo a possibilidade de tornar-se patrão, de ser dono do próprio negócio. Pertencer à burguesia, portanto, parece não ser apenas uma questão de sorte, e sim uma realidade que projeta-se no horizonte de quantos desejam *"subir na vida pelo próprio esforço"*.

Para que isso possa ser percebido pelo senso comum como uma possibilidade real, além das ações de caráter coercitivo e das pequenas concessões que visam reduzir os perigos de uma convulsão social, cabe ao Estado a tarefa de educar o próprio senso comum dos governados. Este processo educativo busca levar os cidadãos a incorporarem a ascensão social como uma aspiração natural de todo ser humano para cuja realização faz-se necessário que eles passem a orientar o seu cotidiano de acordo com os valores e as formas de comportamento das classes dominantes. Neste contexto, a escola é um dos meios pelos quais as elites dialogam com o senso comum das grandes massas da população levando-as a abandonarem aquelas crenças, valores, costumes e atitudes que colocam obstáculos à sua integração às novas exigências de sua ordem.

¹² Em Gramsci A. Quaderni del Carvere, pg. 1584.

Enquanto centro irradiador dos valores da sociedade capitalista, o Estado burguês procura fazer com que na escola professores e alunos incorporem em sua visão de mundo a competitividade, a produtividade e o trabalho incessante para a realização do interesse pessoal como valores a partir dos quais ambos passem a repensar seus objetivos individuais e coletivos. Para que este processo se fortaleça e perdure é necessário que educadores e educandos percebam os acontecimentos do presente como o início da realização histórica dos anseios que há tempo permeavam o cotidiano da própria população e não como produto das necessidades de aprimoramento e fortalecimento de uma ordem alicerçada em precisos interesses de classe.

Ao ser incorporada como o último estágio da evolução natural do progresso e do pensamento da humanidade, a leitura destes acontecimentos tende a consolidar os limites nos quais, dentro e fora da escola, docentes e alunos podem projetar o seu futuro e as possíveis mudanças na ordem social existente. Longe de ampliar a participação nos fóruns de decisão, a educação do consenso, ao mesmo tempo em que procura legitimar o capitalismo como único modelo viável de organização da sociedade, irá levar os indivíduos a restringirem seu envolvimento naqueles eventos cujos objetivos, normas e duração são estabelecidos e controlados pelas classes dominantes e a aceitarem esta restrição como algo natural, inerente a sua posição social. Para todos os efeitos, o cidadão continua livre ... de fazer aquilo que os interesses das elites determinam como bom, justo, sábio e moderno.

Acontece, porém, que o equilíbrio entre os interesses das classes dominantes e as demandas das massas populares é necessariamente instável. De fato, em nenhum momento os mecanismos de exploração deixaram de agir e, com o passar do tempo, a dura realidade encarrega-se de frustrar as esperanças de ascensão social que, aparentemente, dependiam apenas do esforço pessoal.

O senso comum, devidamente educado e alimentado pelo Estado, continua incapaz de perceber que, se isso fosse possível, estaria decretada a morte da própria burguesia. Pois, esta classe só pode sobreviver na medida em que a um reduzido número de exploradores corresponde uma massa crescente de explorados.

Porém, os sentimentos de frustração e descontentamento que nascem dos seguidos fracassos, por si só, não são suficientes para que os indivíduos

caminhem rumo à superação do senso comum. Educados como são a obedecer e orientar suas vidas de acordo com os valores do mercado, disciplinados a pensar e agir nos estreitos limites traçados pelos interesses das elites, dificilmente conseguirão transformar sua revolta em algo ameaçador. Tendo como instrumento teórico a visão de mundo do senso comum e como prática a busca incessante do interesse individual, a hipótese mais provável é a de que as classes dominantes terão tempo e condições suficientes para viabilizar num novo patamar suas relações com os setores subalternos e reconquistar a confiança das massas nas possibilidades do sistema.

A esta altura, podemos dizer que o Estado capitalista não descuidou de nenhum detalhe do processo de educação do consenso social. No âmbito da escola, além do empobrecimento do conteúdo, da precariedade das condições de ensino e da destruição dos sentimentos de coletividade e solidariedade (base de toda forma de organização e resistência) pela incorporação acrítica dos valores do mercado na visão de mundo de professores e alunos, a formação do corpo docente foi desenvolvida tendo como base somente formas mais aprimoradas de senso comum. Na maioria dos casos, trata-se de uma leitura da história e da vida em sociedade assimiladas apenas através do ensino formal por acúmulo espontâneo de experiências, ou, ainda, por uma introjeção acrítica de conceitos, valores e de entendimentos vigentes e dominantes no meio em que o educador despendeu a maior parte do seu tempo, e não de uma concepção de mundo criticamente construída. É também por isso que, em geral, a ação pedagógica desenvolvida na escola não está alicerçada numa reflexão constante do professor sobre a própria prática pedagógica, os objetivos que ela pretende alcançar, a que interesses de classe respondem estes objetivos, se está usando o método adequado para atingi-los e se o conteúdo do ensino contribui para melhorar o senso crítico dos seus alunos, mas limita-se a cumprir um currículo mínimo na certeza de que assim evitará problemas com a direção da escola.

Tiradas algumas poucas e boas exceções, a maioria dos profissionais do ensino não dispõe de instrumentos para realizar esta crítica permanente sobre o conteúdo e o sentido de sua prática pedagógica exatamente porque ela é possível somente quando as pessoas dominam sólidos pressupostos teóricos que fundamentam uma visão de mundo coerente, capaz de evidenciar as contradições centrais do sistema capitalista e de construir no cotidiano da ação educativa os

elementos que, ao questionar o senso comum, podem levar os alunos a intervir na sociedade para transformar a ordem existente. Um profissional deste tipo, sem dúvida, não interessa ao Estado burguês, mas, para as classes trabalhadoras, é indispensável que assuma a educação dos seus filhos, pois ele ajudará a formar pessoas capazes de pensar, estudar, dirigir e controlar quem dirige os passos da vida em sociedade.

4. Trabalhadores e educação: pistas para uma reflexão.

Para o leitor que nos acompanhou até este momento, já deve ter ficado claro que entregar ao Estado a tarefa de melhorar a qualidade do ensino, na verdade, é como confiar ao bode o doce trabalho de tomar conta da horta. Ninguém duvida que a horta sofrerá algumas mudanças, só que estas estarão sempre de acordo com a visão e os interesses do bode.

Uma educação que trabalhe elementos básicos para uma compreensão crítica da sociedade em que vivemos e capacite os futuros trabalhadores para uma intervenção ativa rumo a sua transformação, não será certamente o produto da boa vontade ou do espírito filantrópico deste ou daquele setor das elites, e sim obra de docentes comprometidos com a luta das classes trabalhadoras.

Nestes sentido, faz-se necessário e urgente que os próprios sindicatos, além de suas lutas econômico-corporativas, despendam suas energias priorizando a formação de professores para uma prática de ensino alicerçada numa perspectiva classista. De fato, sem pressupostos críticos de análise que ajudem a superar a visão fragmentada, contraditória e inconseqüente do senso comum, muito dificilmente seus associados deixarão de assumir as idéias das elites como o seu próprio pensamento e os valores dominantes como fio condutor de suas práticas pedagógicas.

Este trabalho de formação teórica, deverá ser acompanhado, ao mesmo tempo, pela preparação conjunta de aulas que ajudem os próprios professores a praticarem os conceitos assimilados. De início, acreditamos que nossos esforços só poderão ser despendidos nos espaços de autonomia relativa que ainda existem no ambiente escolar, atingindo um número muito limitado de profissionais.

Pode parecer pouco, mas gostaríamos de lembrar aos nossos leitores que, devido a situação em que nos encontramos, trata-se de realizar experiências que buscam despertar interesse, aproximar as pessoas e criar um clima de diálogo e de confiança entre aqueles que abrem-se a um trabalho crítico ou que, revoltados com a realidade, procuram alguém com quem conversar. Isso significa que, antes mesmo de pensar em mudanças no currículo de primeiro e segundo graus, é imprescindível construirmos práticas pedagógicas que nos forneçam uma base concreta diante da qual podemos questionar e envolver uma maior número de docentes de maneira organizada e disciplinada.

Ao nível da sala de aula, um dos caminhos que permitem iniciar um trabalho deste tipo é o resgate do papel do professor enquanto sujeito social envolvido na produção de uma memória histórica. Vamos considerar, por exemplo, as datas comemorativas que marcam o ano letivo. Se observamos atentamente, podemos reparar que em quase todas as escolas estas datas merecem um lugar de destaque. Passado o carnaval, nos deparamos com o dia do Índio, Tiradentes, o dia das mães, a proclamação da Lei Áurea, as festa juninas, o dia dos pais, da pátria, do professor, da proclamação da república, etc. É interessante reparar que, em geral, o sentido dado a estas celebrações ora representa uma leitura da história de acordo com a versão dos vencedores, ora uma apresentação dos papéis sociais que as classes dominantes desejam ver reafirmados ao longo do tempo. Mas isso não é tudo. Olhando atentamente, podemos perceber que faltam datas como o oito de março e o vinte de novembro e que outras tiveram seu sentido histórico totalmente descaracterizado. ¹³

Por que, enquanto membros das classes trabalhadoras, não podemos aproveitar estes mesmos momentos para resgatarmos a história contada agora pelos vencidos? Por que não apresentar a sociedade indígena como exemplo de comunismo primitivo e as razões pelas quais foi sendo destruída? Por que não revelar às crianças o verdadeiro sentido da luta dos inconfidentes? Por que não trabalhar o oito de março e o primeiro de maio como dias de luta nos quais os operários reivindicavam a redução da jornada de trabalho não apenas para dedicar mais tempo ao descanso ou ao lazer com suas famílias, mas também para ter condições de estudar e formar-se enquanto classe dirigente? O que

¹³ É o caso, por exemplo, do primeiro de maio que nos últimos anos acabou sendo lembrado como o dia da morte do piloto de Fórmula 1 Ayrton Senna.

impede que desmascaramos diante das crianças e dos adolescentes o desenvolvimento histórico que levou à proclamação da Lei Áurea? Por que não falar da organização social, política e militar dos Quilombos? Além do mais, que pátria é esta que condena à miséria a maioria absoluta de sua população? Será que no lugar de ridicularizarmos o homem do campo nas festas caipiras, não deveríamos dar mais ênfase ao dia do migrante no qual, ao trabalharmos o êxodo rural podemos refletir sobre os regimes de exploração e dominação que atingem as áreas rurais do nosso país, ao mesmo tempo em que revelamos aos alunos as verdadeiras razões que trouxeram boa parte de seus pais para os grandes centros urbanos?

A lista das possibilidades não pára por aqui. Se as datas comemorativas parecem ser algo que não permite a continuidade da obra de reconstrução da memória histórica ao longo do ano letivo, o que impede que, incorporando o fato que uma parte significativa das crianças e adolescentes trabalha para integrar o orçamento familiar, a gente possa organizar o estudo da história como evolução do trabalho humano ao longo dos séculos? Por que não iniciar este estudo resgatando estas experiências diretamente vivenciadas pelos alunos, ora em função da própria dedicação a uma ocupação específica, ora como espectadores dos efeitos do trabalho sobre a vida dos pais e familiares? Por que não podemos visualizar os mecanismos de exploração que geram esta situação?

Sem dúvida, além de questionar o senso comum que aceita este sofrimento como uma sina, estaríamos ajudando os alunos a incorporarem duas perguntas à suas indagações sobre a vida: por que isso acontece? A que interesses atendem estas relações que vemos desenvolver-se debaixo dos nossos olhos? Ou seja, não se trata apenas de usar meios que ajudem a descrever a realidade, mas sobretudo de dirigir a reflexão dos alunos para a descoberta daqueles elementos de análise social que permitem fortalecer seu espírito crítico diante da sociedade.

Realizado este painel do presente, está na hora de iniciarmos o nosso passeio ao longo da história para descobrir se, como dizem as elites, sempre foi assim, para verificar se o cotidiano é uma mera repetição de relações de exploração que se perpetuam ao longo dos séculos. Podemos iniciar pela sociedade indígena evidenciando a forma pela qual seus membros construíam suas relações de sobrevivência e de troca, passando em seguida para a época da escravidão, e desta para uma painel das mudanças que ocorreram com a chegada

dos imigrantes, até finalizarmos o nosso passeio na organização social do trabalho dos nossos dias, suas características e as relações que sua manutenção pressupõe.

Sem dúvida, não faltarão ocasiões para mostrar que nem sempre houve exploração e que, no Brasil, esta relação social tem apenas 500 anos de história. Teremos vários elementos para evidenciar que ela nasce e se desenvolve na passagem da propriedade coletiva para a propriedade privada dos meios de produção, momento em que o próprio trabalho deixou de ter como objetivo central a satisfação das necessidades de todo ser humano tornando-se um meio para a acumulação privada de riquezas de uma minoria que explora a maioria da população.

Percorrendo estes passos, será possível recolocar no seu devido lugar as "personagens ilustres" que povoam os livros de história manuseados pelos alunos e resgatar as lutas dos trabalhadores, o verdadeiro sentido dos acontecimentos históricos, a base material, a correlação de forças e as relações internacionais nas quais estes se geraram e se desenvolveram. Em outras palavras, o estudo do passado ganhará vida e movimento exatamente porque nele as classes trabalhadoras voltarão a ocupar o lugar essencial que sempre tiveram e que, obviamente, nunca lhes foi reconhecido pelas elites no poder.

Na nossa opinião este é um dos caminhos que podem contribuir significativamente para formar e desenvolver o espírito crítico dos alunos ajudando-os a manusear instrumentos de análise com os quais lhes será possível avaliar com mais rigor a validade e o impacto de qualquer projeto de mudança da realidade social tendo em vista não o interesse individual ou de pequenos grupos, e sim sua real capacidade de produção da vida coletiva.

Além de estimular a leitura e a pesquisa, um trabalho dessa envergadura abre espaço para o debate aberto das opiniões. É importante salientar que além do esforço de ordenar o próprio pensamento e de redigi-lo, os alunos devem ser chamados a relatar oralmente os resultados do seu estudo e a defender as conclusões a que chegaram em sua análise dos acontecimentos históricos. Expor em público o próprio pensamento com começo, meio e fim, exige, de um lado, o esforço de vencer o medo do julgamento alheio e, de outro, obriga ao saudável exercício de dar unidade e coerência à própria fala. Ainda que os resultados possam vir a médio prazo após um paciente trabalho de crítica e

acompanhamento de nossa parte, sem dúvida estaremos ajudando os alunos a vencerem o sentimento de inferioridade, assimilado no ambiente familiar do povo simples. Ao falar sobre ele, Gramsci constata:

"O operário acredita sempre ser mais ignorante e mais incapaz de quanto efetivamente é; o operário tem sempre medo de expressar suas opiniões porque acredita que elas tem pouco valor uma vez que foi acostumado a pensar que sua função na vida não é produzir idéias, dar direção, ter opiniões, mas, ao contrário, é seguir as idéias dos outros, executar a direção estabelecida pelos outros e escutar de boca aberta as opiniões alheias".¹⁴

Ajudar a vencer este bloqueio é, sem dúvida, uma das tarefas da maior importância para quem busca formar pessoas capazes de dirigir os acontecimentos e de controlar quem dirige os passos da vida em sociedade.

Agora, se enquanto classes trabalhadoras o ensino de qualidade é aquele que nos dá instrumentos para compreender e transformar a realidade acabando com toda forma de exploração do homem pelo homem, o processo educativo não poderá deixar de questionar e orientar a razão pela qual os alunos buscam dar continuidade aos seus estudos. De fato, não podemos esquecer que uma das expectativas em relação à escola é a obtenção de um diploma que sirva de passaporte para sair da condição operária rumo a uma ascensão social na qual o sucesso individual é alicerçado na necessária derrota de todos os concorrentes. Isso significa que o aprendizado além de levar os alunos a superar os preconceitos, deve também contribuir para que estes façam uma opção concreta por valores que ao rejeitar a lógica do lucro, da competição, da obsessão pela posse e pelo consumo, típica do individualismo capitalista, apontem a cada momento para a necessidade de intervir na história construindo respostas às necessidades coletivas.

Sem dúvida, parte dos leitores que nos acompanharam nestas reflexões, ao pensar na realidade das escolas que conhecem ou nas quais lecionam, estarão coçando e balançando a cabeça. Ao lembrar da situação em que vivem os alunos, do desinteresse, do despreparo e dos baixos salários dos docentes, o senso comum vai tentar, mais uma vez, leva-los a admitir que, nesta realidade, não tem

¹⁴ Em Gramsci A., La costruzione del Partito Comunista, pg. 80.

jeito de fazer nada e que, no fundo, a responsabilidade de tudo isso não é nossa e sim da sociedade.

Queremos nos despedir destes companheiros/as de viagem pedindo que dediquem mais alguns minutos de reflexão a estas breves linhas extraídas dos Cadernos do Cárcere de Antônio Gramsci:

"Se para mudar cada indivíduo precisa que toda a sociedade mude antes dele, de forma mecânica, ou, quem sabe, por obra de alguma força sobre-humana, nenhuma mudança jamais seria possível. A história, pelo contrário, é uma luta ininterrupta de indivíduos e de grupos para alterar a cada momento aquilo que já existe; mas, para que esta luta seja eficiente, estes indivíduos e grupos deverão sentir-se superiores à realidade existente, educadores da sociedade etc.

O ambiente, portanto, não justifica, mas tão somente «explica» o comportamento dos indivíduos, e especialmente daqueles que são historicamente mais passivos. A «explicação» servirá, às vezes, para demonstrar indulgência com os indivíduos e fornecerá dicas para a educação dos mesmos, mas jamais deve converter-se em «justificação», sob pena de levar necessariamente a uma das formas mais hipócritas e revoltantes de conservadorismo e reacionarismo".¹⁵

Diante das necessidades das classes trabalhadoras, assumirmos enquanto professores nossas responsabilidades históricas no processo de formação de seus filhos, pode não ser tudo o que podemos fazer, mas é sem dúvida uma peça importante na construção de um mundo onde a vida e a realização plena do homem coletivo sejam o objetivo de todas as ações.

Nossas reflexões param por aqui. Gostaríamos, porém, que o debate sobre este tema pudesse continuar. Por isso, a você que acompanhou cada etapa da nossa viagem pedimos que mande suas questões, críticas e observações para: Emílio Gennari, Caixa Postal 16.649, CEP: 03197-970, São Paulo SP, Fone: (011) 689.77.71.

¹⁵ Em Gramsci A., Quaderni del Carcere, pg. 1878.

Bibliografia:

- CORREA DE MORAES R. C., **Planejamento: democracia ou ditadura? - Intelectuais e reformas sócio-econômicas no pós-guerra**. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Filosofia da USP, São Paulo 1987.
- DIEESE, **Globalização e setor automotivo**, Ed. Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, São Bernardo do Campo 1996.
- FIDALGO F. S. e MACHADO L. R. DE SOUZA (Org.), **Controle da Qualidade Total - uma nova pedagogia do capital**, Ed. Movimento de Cultura Marxista, Belo Horizonte 1996, 2ª edição.
- GENNARI E. **Automação, Terceirização, Programas de Qualidade Total**, Ed. CPV, São Paulo 1997.
- GENTILI P. A (Org.), **Pedagogia da Exclusão - crítica ao neoliberalismo em educação**, Ed. Vozes, Petrópolis 1996, 2ª edição.
- GENTILI P. A e SILVA T. T. (Org.), **Neoliberalismo, qualidade total e educação - visões críticas**, Ed. Vozes, Petrópolis 1995, 2ª edição.
- GOMES H., **Qualidade Total na Escola - Padronização**, Ed. LE/Pitágoras Tec., Belo Horizonte 1994.
- GRAMSCI A., **La costruzione del Partito Comunista - 1923-1926**, Ed. Einaudi, Torino 1978.
- GRAMSCI A., **Lettere dal Carcere**, Ed. Einaudi, Torino 1975.
- GRAMSCI A., **Quaderni del Carcere**, edizione critica dell'Istituto Gramsci a cura di Valentino Gerratana, Ed. Einaudi, Torino 1977.
- GUILLON A. B. B. e MIRSHAWKA V., **Reeducação - Qualidade, produtividade e criatividade: caminho para a escola excelente do século XXI**, Ed. Makron Books, São Paulo 1994.
- JUNQUEIRA P. N., **Ideologia e hegemonia - as condições de produção da educação**, Ed. Cortez/Autores Associados, São Paulo, 1980.
- MANACORDA M. A., **História da Educação - da antigüidade aos nossos dias**, Ed. Cortez, São Paulo 1996, 5ª edição.
- MANACORDA M. A., **Marx e a pedagogia moderna**, Ed. Cortez/Autores Associados, São Paulo 1991.
- MANACORDA M. A., **O princípio educativo em Gramsci**, Ed. Artes Médicas, Porto Alegre 1990.
- NOSELLA P., **A escola de Gramsci**, Ed. Artes Médicas, Porto Alegre 1992.